



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2014

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adoptadas em 2014

ÍNDICE

- I. Missão, Objectivos e Políticas**
- II. Estrutura de Capital**
- III. Participações Sociais e Obrigações detidas**
- IV. Órgãos Sociais e Comissões**
 - A. Mesa da Assembleia Geral**
 - B. Administração e Supervisão**
 - C. Fiscalização**
- V. Organização Interna**
 - A. Estatutos e Comunicações**
 - B. Controlo Interno e Gestão de Riscos**
 - C. Regulamentos e Códigos**
 - D. Sítio da Internet**
- VI. Remunerações**
- VII. Transacções com as Partes Relacionadas e Outras**
- VIII. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental**
- IX. Avaliação do Governo Societário**

I. Missão, Objectivos e Políticas

A Braval assume como sua **missão**: ser um agente activo na promoção da melhoria da qualidade de vida da população dos concelhos da sua área de actuação, tratando e valorizando os resíduos provenientes dos concelhos; participando continuamente na consciencialização da comunidade envolvente na vertente ambiental.

Dando cumprimento aos compromissos consignados e expressos na missão da Braval, o conselho de administração estabelece como **visão** da Braval: ser reconhecida pelos accionistas como empresa exemplar nos pilares da sustentabilidade; ser reconhecida pelo “mercado” e pela comunidade, como uma empresa eficaz e credível na recolha, valorização e tratamento de resíduos; estar constantemente na “vanguarda” das infra-estruturas e equipamentos para a valorização e tratamento de resíduos.

O conselho de administração da Braval, definiu e assume uma **política** que se estrutura e desenvolve segundo as intenções e orientações a seguir descritas:

- Melhoria contínua do desempenho da organização, numa estreita relação com os colaboradores e fornecedores:
 - Estabelecendo e comunicando objectivamente o desempenho esperado,
 - Controlando e analisando com rigor e sistematicamente, o cumprimento dos objectivos definidos,
 - Promover a interactividade ao nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o controlo operacional adequado dos fornecedores e subcontratados,
 - Promover uma gestão das diferentes actividades, focada no resultado, tendo em vista a sustentabilidade económica por actividade;
- Satisfazer as expectativas e necessidades dos clientes:
 - Em pleno cumprimento dos requisitos do contrato de concessão,
 - Mantendo os princípios de boas relações com os municípios, cumprindo com os requisitos de serviços acordados, melhorando a colaboração e transparência na informação,
 - Melhorando e respeitando os requisitos técnicos especificados para os produtos que resultam da actividade;
- Promover a melhoria da conformidade dos produtos e serviços:
 - Privilegiando, sempre, as soluções de valorização relativamente às de deposição e confinamento técnico, efectuando o que estiver ao seu alcance para prevenir a poluição,
 - Cumprindo a legislação aplicável e outros requisitos que a Braval subscreva,

- Intervindo na recolha, tratamento, armazenagem e encaminhamento de “novos” resíduos, abrindo o leque de alternativas e ao serviço dos clientes e potenciais clientes,
- Assegurando a transparência nos procedimentos de contratação com fornecedores e clientes;
- Potenciar a motivação e pro-actividade na relação com os colaboradores:
 - Verificando e promovendo o desenvolvimento das competências necessárias e adequadas ao “saber fazer” e o “acto seguro”,
 - Incentivando ao envolvimento e à participação pessoal na discussão de novas soluções organizacionais e operacionais,
 - Privilegiando a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho, obedecendo aos princípios gerais de prevenção cumprindo com o enquadramento legal e normativo.
- Promover e participar activamente a consciencialização e educação ambiental:
 - Estabelecendo e dinamizando canais de comunicação corrente com a comunidade envolvente e
 - Sistematizando processos de informação associada à actividade e em particular para os seus clientes, entidades e organismos reguladores e fiscalizadores.

Objectivos e grau de cumprimento

Prevê-se que, de forma faseada e com recurso a co-financiamento comunitário no âmbito do novo quadro de apoio, sejam construídas novas infra-estruturas e adaptadas existentes que, conjuntamente com acções de sensibilização, irão contribuir para atingir os objectivos e metas impostas, em sede do PERSU 2020, para o Sistema Multimunicipal gerido pela BRAVAL para o horizonte temporal de 2020.

Para o efeito, a BRAVAL elaborará e submeterá, até 15 de Abril de 2015, um Plano de Acção onde detalhará e justificará as medidas a levar a cabo no período considerado, de forma a atingir as duas metas fundamentais fixadas no PERSU 2020, nomeadamente:

- Incremento da recolha selectiva de embalagens, de forma a atingir, em 2020, a meta de 53 kg/hab./ano em relação à retoma de embalagens com origem em recolha selectiva;
- Diminuição gradual da deposição de RUB em aterro sanitário, tendo como meta, para 2020, o valor de 10 %.

II. Estrutura de Capital

O Capital Social no valor de 1.750.000,00€ é representado por 350.000 acções da classe A, com valor nominal de 5€ cada acção.

Em 31 de Dezembro de 2014, são titulares do Capital Social da BRAVAL, as entidades que se seguem com as respectivas participações:

Accionista	%	N.º Acções	Montante (€)
AGERE	79,0%	276.500	1.382.500,00
C.M. PÓVOA DE LANHOSO	4,2%	14.700	73.500,00
C.M. VIEIRA DO MINHO	5,7%	19.950	99.750,00
C.M. VILA VERDE	5,0%	17.500	87.500,00
C.M. AMARES	3,7%	12.950	64.750,00
C.M. TERRAS DE BOURO	2,4%	8.400	42.000,00
TOTAL	100%	350.000	1.750.000,00

A transmissão de acções, de acordo com os estatutos da sociedade, está subordinada ao consentimento da sociedade, existindo o direito de preferência dos accionistas, sujeita a autorização ministerial prévia, de acordo com o artigo 11º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro.

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

A Braval não detém qualquer participação em sociedades.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)
2012-2014	Presidente	Município de Terras de Bouro	0,00
2012-2014	Vice-Presidente	Agere, EM	0,00
2012-2014	Secretário	Município de Póvoa de Lanhoso	0,00

B. Administração e Supervisão

A gestão da Braval é assegurada pelo Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral para mandatos de três anos.

Além do Conselho de Administração são ainda Órgãos Sociais da empresa a Assembleia Geral e o Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais da empresa foram eleitos na Assembleia Geral de Accionistas n.º 27 de 28 de Março de 2012.

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação Legal da Actual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade
2012-2014	Presidente	Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa	Acta n.º 27 AG	1
2012-2014	Vogal	Maria Rita Ribeiro Ferreira Araújo	Acta n.º 27 AG	4
2012-2014	Vogal	Luís Jorge Amaro da Costa	Acta n.º 27 AG	2

Os membros do Conselho de Administração da Braval têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Fevereiro na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Braval cumprem com todas as suas obrigações no âmbito das suas competências, designadamente:

- Informar as autoridades dos cargos que detenham;
- Entrega de toda a documentação relativa ao património e rendimentos;
- Informar a inexistência de qualquer incompatibilidade ou impedimentos;
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, directa ou indirectamente;
- Cumprimento das demais disposições previstas na lei.

Elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa

Nasceu em Braga a 24 de Janeiro de 1982

Habilitações Académicas

Licenciatura Engenharia Civil

Carreira Profissional

De 2011 até 2013

Administrador da AGERE, EM

Funções Actuais

Desde 2012

Presidente Conselho de Administração da Braval

Vogal do Conselho de Administração

Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo

Nasceu em Braga a 15 de Março de 1963

Habilitações Académicas

Licenciatura em Ensino de Biologia e Geologia

Pós graduação: Curso de Especialização em Administração Escolar e Parte curricular do

Mestrado em Sociologia das Organizações e Administração Educacional

Carreira Profissional e Funções Actuais

Professora do Ensino Secundário desde Setembro de 1986

Administradora não executiva na Braval desde Março 2003

Vogal do Conselho de Administração

Luís Jorge Amaro da Costa

Nasceu na Póvoa de Lanhoso a 22 de Novembro de 1964

Habilitações Académicas

Ensino Secundário

Carreira Profissional

De 1994 até 2006

Póvoa Pão, Lda. - Póvoa de Lanhoso
Panificação e Pastelaria
Sócio-Gerente

De 2006 até 2007

Pão e Companhia, Lda. - Maputo, Moçambique
Panificação e talho
Sócio gerente

De 2008 até 2012

Empresário em nome individual do ramo de restauração e cafetaria
Cafetaria e pastelaria
Gerente

Funções Actuais

Desde Abril de 2009

Braval
Administrador não executivo

Desde 2013

Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso
Mesário

Desde 2015

OnOut – Imobiliária

Funcionamento do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 19º dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por três membros não executivos, sendo um Presidente não executivo e os restantes Vogais não executivos.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 12º dos Estatutos, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Na Assembleia-Geral da Braval, realizada no dia 28 de Março de 2012, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o triénio 2012/2015, sendo o Conselho de Administração composto por três administradores não executivos.

As competências do Conselho de Administração estão definidas no artigo 20º dos estatutos.

De acordo com o previsto no artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho de Administração delegou no Director-Geral Executivo a gestão corrente da sociedade, fixando a correspondente delegação de poderes em reunião de 26 de Abril de 2007, conforme consta da acta n.º 137. A escolha do Director-Geral Executivo foi precedida de concurso público.

Em 2014, o Conselho de Administração reuniu quinze vezes, tendo todos os Administradores, bem como o Director-Geral Executivo, comparecido à totalidade das reuniões realizadas.

C. Fiscalização

Fiscal Único

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados (SROC), representada por Gaspar Vieira de Castro

Suplente: Romeu José Fernandes da Silva

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação Legal da Actual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número		
2012-2014	Fiscal Único Efectivo	Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC	153	Acta n.º 27 AG de 28 de Março de 2012	3
		representada por Gaspar Vieira de Castro	557		
2012-2015	Fiscal Único Suplente	Romeu José Fernandes da Silva	812	Acta n.º 27 AG de 28 de Março de 2012	3

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

O Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de Agosto, criou o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado. Foi, então nesta data, constituída a sociedade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., constituída pela EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., e pelos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, sendo uma empresa concessionária do Ministério do Ambiente, para explorar o sistema atrás referido.

No final de 1999, deu-se a adesão da Resicávado à Braval, com a publicação do Decreto-lei n.º 471/99, de 6 de Novembro, que veio complementar o Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de Agosto. O Decreto-lei n.º 471/99 alterou o anterior diploma, fazendo integrar no Sistema Multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cavado os municípios de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro. No ano de 2000, verificou-se a aquisição à EGF – Empresa Geral do Fomento, SA da sua parte do capital, pelas Câmaras Municipais de Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares e Terras de Bouro e pela AGERE, EM, louvando estas pelo esforço financeiro dispensado, sendo este como uma forma de prevenção de serviço público gerido sob forma empresarial.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

O regulador, nomeadamente no âmbito do parecer sobre o Orçamento e Projecto Tarifário, pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a Braval tem procurado acompanhar mais de perto as actividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de Março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das

entidades administrativas independentes com funções de regulação da actividade económica dos sectores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de actuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa da Braval que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

C. Regulamentos e Códigos

A BRAVAL é uma empresa de capitais públicos estando enquadrada no regime jurídico do Sector Empresarial do Estado.

Os Regulamentos Internos existentes são:

- Manual de Acolhimento;
- Manual de Funções;
- Manual de Posto de Trabalho das diferentes actividades desenvolvidas na BRAVAL;
- Manual de Gestão de Ambiente, Qualidade, Segurança e Saúde do Trabalho.

D. Sítio da Internet

Informação que consta no Site da Empresa
Existência de Site www.braval.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia
Organigrama
Órgãos Sociais
Regulamentos Internos
Orçamento Anual
Relatório e Contas

VI. Remunerações

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	Remuneração Anual €
Presidente	Município de Terras de Bouro	0,00
Vice-Presidente	Agere, EM	0,00
Secretário	Município de Póvoa de Lanhoso	0,00

Conselho de Administração

Nome	Vencimento €	Remuneração Anual €
Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa	0,00	0,00
Maria Rita Ribeiro Ferreira Araújo	1.000,00	14.000,00
Luís Jorge Amaro da Costa	1.000,00	14.000,00

Revisor Oficial de Contas

Nome	Remuneração Anual €
Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC	9.000,00

VII. Transacções com as Partes Relacionadas e Outras

Em todos os procedimentos desenvolvidos para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) foram observadas as normas de contratação pública consagradas no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo decreto-lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e pelo decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de Julho.

Em cumprimento do disposto no artigo 127.º do CCP é submetida na plataforma “base.gov.pt” informação relativa a todos os contratos de valor igual ou superior a 5.000 €.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do CCP, até 31 de Março de 2015 é submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Braval no ano de 2014.

VIII. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental

A BRAVAL assumiu manter como grandes objectivos para o ano de 2014 a promoção da melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado no estrito cumprimento dos compromissos assumidos na Política de Ambiente, Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho, bem como no desempenho da sua actividade optimizando as infra-estruturas e equipamentos existentes. Ciente das imposições legais em vigor, de todos os requisitos aplicáveis à sua actividade e da evolução tecnológica assumiu também como objectivo a realização de algumas adaptações ao Sistema de modo a dar cumprimento a estes requisitos. A adopção das melhores técnicas disponíveis, assumindo como prioritárias as soluções de valorização de resíduos, aliada à correta gestão dos recursos energéticos e hídricos é também uma preocupação constante no desenvolvimento da actividade.

A promoção de auditorias de conformidade legal e auditorias internas e externas ao sistema de gestão integrado implementado, bem como a realização de auditorias promovidas pela entidade reguladora (ERSAR), aliada ao bom desempenho apresentado pela BRAVAL no decurso destas auditorias, permite garantir e demonstrar o integral cumprimento pela legislação em vigor, regulamentos, normas e princípios subjacentes ao sector de actividade.

IX. Avaliação do Governo Societário

No Quadro seguinte é efectuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objectivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval cumpre a sua missão e os objectivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. ✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objectivos e das políticas para si e para as participadas que controla. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A divulgação da missão da Braval, dos seus objectivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objectivos definidos. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval elabora anualmente o seu plano de actividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objectivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objectivos a 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a sua posição de sustentabilidade. ✓ A estratégia de

atingir e os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.		sustentabilidade da Braval encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objectivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual. ✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Toda a actividade da Braval é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. ✓ Neste contexto, a Braval adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adoptados no que se refere à aquisição de bens 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade

e serviços e adoptar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transacções realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.		de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
<ul style="list-style-type: none"> • Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	✓ A Braval pauta a sua actuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.

Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem: <ul style="list-style-type: none"> • Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efectiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo sector de actividade. 	Total	✓ Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Braval estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão.
<ul style="list-style-type: none"> • Ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as 	Total	✓ O Modelo de Governo da Braval, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:

quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adoptado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.		<ul style="list-style-type: none"> • A Assembleia Geral; • O Conselho de Administração; • Fiscal Único;
• Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização.	Total	✓ Os membros dos Órgãos Sociais da Braval são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos livremente por apreciação independente da Assembleia Geral.
• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus activos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Total	<p>✓ A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa.</p> <p>✓ Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efectuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.</p> <p>✓ Neste contexto, a Braval está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco, que tem como principais objectivos a identificação dos factores de risco ao nível das principais actividades empresariais e dos respectivos</p>

		controles-chave para reduzir ou eliminar o seu impacto.
--	--	---

Remunerações e outros direitos		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	✓ A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Braval consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none"> • Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	✓ Os membros do Conselho de Administração da Braval têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua actividade.
<ul style="list-style-type: none"> • No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspecção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais 	Total	✓ Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Braval e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. ✓ Os membros do Conselho de Administração da Braval cumprem

importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.		todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.
---	--	---

Braga, 16 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)

(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)

(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)